

PROJETO DE LEI Nº , DE 2004
(Do Sr. Mendes Ribeiro Filho)

Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 6.015,
de 31 de dezembro de 1973, que dispõe
sobre os registros públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973,
alterada pela Lei nº 7.844, de 18 de outubro de 1989 e pela Lei nº 9.534, 10 de
dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30
.....;

4º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à averbação de
reconhecimento de paternidade extrajudicial realizada através de
defensor público.”

Art. 2 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O reconhecimento da paternidade através da averbação no registro civil consiste em direito fundamental inerente à dignidade humana, sendo, portanto, objeto de especial proteção do ordenamento jurídico brasileiro.

O Código Civil de 2002, ao prever o reconhecimento extrajudicial da paternidade, no artigo 1.609, inciso II, determina que o instrumento, público ou particular, seja registrado em cartório, que fará constar nos assentos de nascimento o nome do pai, em lugar da vexatória expressão “pai desconhecido”.

A inovação do reconhecimento extrajudicial implica na dispensa da propositura de ação de investigação de paternidade, bastando, apenas, o respectivo registro em cartório.

Porém, os emolumentos devidos para a efetuação do registro têm impedido que milhares de brasileiros carentes possam exercer esse direito fundamental.

Recentemente, diversas leis cuidaram de tornar expressa a gratuidade dos registros de nascimento, óbito e, mais genericamente, de todos os atos necessários ao exercício da cidadania (ver Lei nº. 9.537, de 10 de dezembro de 1997 e Lei nº. 9.256, de 12 de fevereiro de 1996).

Esta lei, portanto, vem apenas tornar mais clara a necessidade da gratuidade dos atos relativos ao registro civil das pessoas naturais, quando essas forem reconhecidamente pobres, não trazendo qualquer prejuízo para os

serviços registrais, tendo em vista a legislação pertinente às compensações decorrentes das isenções legais.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 2004.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO